

Demonstrações Financeiras

2021

Banco Cargill S.A.
CNPJ nº 03.609.817/0001-50



Cargill[®]

Banco Cargill

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	9
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do **Banco Cargill S.A.** ("Banco Cargill"), referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

No 2º semestre de 2021, as perspectivas para o cenário econômico global e brasileiro esperado era mais benigno com o avanço da vacinação no Brasil e no mundo, mas com as novas variantes do coronavírus (Delta em julho e Ômicron em novembro), trouxeram incertezas quanto a continuidade da recuperação e preocupações mais uma vez de possíveis fechamentos de fronteira além de restrições de circulação de pessoas. Ainda no cenário internacional, o Federal Reserve (FED) sinalizou um movimento de aumento de juros ao longo de 2022, buscando o controle da inflação.

No Brasil, ainda que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha crescido da ordem de 4,5%, observamos também a alta expressiva da SELIC, que atingiu o patamar de 9,25% a.a., o índice de inflação ao consumidor (IPCA) encerrou o ano em alta de 10,1% a.a, aliados a constantes ruídos político-econômicos, como o furo do teto de gastos, antecipação do clima eleitoral referente a eleição presidencial de outubro 2022, contribuíram para um ano de 2021 desafiador em termos econômicos e de mercado. O cenário de inflação no Brasil deteriorou-se bastante neste ano. A forte elevação das projeções de inflação durante o ano foi devido a diversos fatores, entre os quais: renovação dos choques ligados à pandemia e ao clima adverso; aumento de custos gerados pelo desequilíbrio de oferta e demanda e incerteza político fiscal elevada.

No âmbito global, a propagação da variante Delta, em julho e agosto, elevou as incertezas por conta do risco associado ao ressurgimento de restrições à mobilidade, e retrocesso no processo de abertura das economias. No fim de novembro tivemos outra variante da Covid-19, Ômicron, que voltou a tornar no cenário global incerto e poderá influenciar a dinâmica das economias centrais no início de 2022, em um ambiente de retirada de estímulos fiscais e monetários. Nos EUA a recuperação econômica tem sido acompanhada por taxas de inflação relativamente elevadas.

O Federal Reserve Bank sinalizou na sua reunião de dezembro que reduziria as compras de ativos e que poderia antecipar o ciclo de alta de juros. O Banco Central da Inglaterra estreou seu processo de aperto monetário elevando sua taxa básica também em dezembro de 2021. Os números de atividade seguem espelhando o processo de reabertura e recuperação global, mesmo com a forte elevação no número de casos de Covid-19 causada pela variante Ômicron. A menor expansão do número de hospitalizações e de óbitos têm contribuído para uma maior confiança dos participantes de mercado sobre a efetividade das vacinas perante essa variante e a expectativa de reduzidos impactos na economia advindos de lockdowns seletivos impostos por alguns países.

Desempenho

O Banco Cargill encerrou o exercício de 2021 com R\$ 4.630.692 mil em ativos (R\$ 3.889.072 mil em 2020), acréscimo de 19% em relação ao apresentado no exercício de 2020 e a carteira de crédito apresentou acréscimo de 35% atingindo R\$ 2.885.101 mil (R\$ 2.134.529 mil em 2020). Além disso, encerrou o exercício com lucro de R\$ 82.884 mil (R\$ 5.529 mil em 2020).

Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, por meio de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pelo conhecimento do agronegócio e por seus processos de análises robustos e eficientes. A administração do Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparência. O Banco Cargill mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes, políticas e o Código de Conduta da Cargill, um manual baseado em sete princípios éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

Sustentabilidade

O futuro do nosso negócio depende da capacidade de transformação em toda a cadeia produtiva. Assumir um lugar de liderança em alimentação segura, responsável e sustentável passa necessariamente pelo modo como gerenciamos a cadeia de valor e pelos nossos compromissos com o meio ambiente e as comunidades em que atuamos. Entendemos que para atingir o nosso objetivo de ajudar o mundo a prosperar dependemos do engajamento com produtores rurais, comunidades, clientes, ONGs, governos, instituições nacionais e internacionais. Para isso, a Cargill investe em um relacionamento contínuo com esses públicos a fim de contribuir para a contínua evolução da empresa, do setor e do Brasil.

Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 4.776/20 válido até 31 de dezembro de 2021 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.818/20 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, fornecedores e parceiros que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 25 de março de 2022

A Administração

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		4.488.022	3.688.361
Disponibilidades	4	153.708	187.019
Instrumentos financeiros		4.369.588	3.537.555
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	576.199	365.022
Títulos e valores mobiliários	5b	130.219	125.429
Instrumentos financeiros derivativos	5c	993	17.035
Operações de crédito - setor privado	6a	1.121.960	1.449.774
Carteira de câmbio	7	2.540.217	1.580.295
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(102.183)	(76.780)
Outros créditos, valores e bens		63	4.695
Negociação e intermediação de valores	5c	-	638
Diversos	8	63	4.057
Ativos fiscais diferidos	13c	66.846	35.872
Não circulante		142.670	200.712
Realizável a longo prazo		142.556	200.598
Instrumentos financeiros		114.291	201.303
Operações de crédito - setor privado	6a	57.082	148.651
Carteira de câmbio	7	57.209	52.652
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(4.013)	(60.881)
Outros créditos, valores e bens		24.352	24.443
Diversos	8	24.352	24.443
Ativos fiscais diferidos	13c	7.926	35.733
Investimentos		1	1
Intangível		113	113
Total do ativo		4.630.692	3.889.073

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais - R\$

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		3.382.230	2.107.179
Depósitos e demais instrumentos financeiros		3.255.772	2.055.597
Depósitos	9	1.691	4.149
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	11.852	6.363
Empréstimos no exterior	11	1.976.866	880.284
Repasses do exterior	12	415.184	1.725
Instrumentos financeiros derivativos	5c	13.104	122.017
Carteira de câmbio	7	837.075	1.041.059
Provisões	14a	754	3.439
Outras obrigações		125.704	48.143
Recursos em trânsito de terceiros	20a	105.895	19.759
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3	2
Obrigações fiscais correntes	14b	17.876	28.325
Negociação e intermediação de valores	5c	1.220	-
Obrigações fiscais diferidas	13b	710	57
Não circulante		544.367	1.146.106
Depósitos e demais instrumentos financeiros		519.991	1.121.303
Empréstimos no exterior	11	57.209	52.652
Repasses do exterior	12	462.782	1.039.340
Instrumentos financeiros derivativos	5c	-	29.311
Provisões	14a	24.376	24.714
Outras obrigações		-	89
Obrigações fiscais diferidas	13b	-	89
Patrimônio líquido		704.095	635.788
Capital social	16a	704.291	635.736
De domiciliados no país		454.197	408.526
Reservas de lucros		250.094	227.210
Outros resultados abrangentes		(196)	52
Total do passivo		4.630.692	3.889.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2º semestre 2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		398.061	426.814	753.965
Operações de crédito	18a	187.195	281.859	326.180
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18b	18.346	27.840	12.587
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	18c	41.997	(12.474)	415.198
Resultado de operações de câmbio	18f	150.523	129.589	-
Despesas da intermediação financeira		(312.261)	(370.986)	(715.005)
Operações de captação no mercado	18d	(417)	(547)	(2.640)
Operações de empréstimos e repasses	18e	(311.844)	(370.439)	(462.705)
Resultado de operações de câmbio	18f	-	-	(249.660)
Resultado bruto da intermediação financeira		85.800	55.828	38.960
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6f	(34.414)	(10.394)	(69.744)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(12.672)	57.599	39.995
Receitas de prestação de serviços		-	1	3
Despesas de pessoal	18g	(3.281)	(4.666)	(5.864)
Outras despesas administrativas	18h	(3.300)	(8.134)	(7.408)
Despesas tributárias	18i	(3.016)	(6.477)	(8.785)
Outras receitas operacionais	18j	107	92.121	89.703
Outras despesas operacionais	18k	(3.182)	(15.246)	(27.654)
Resultado operacional		38.714	103.033	9.211
Resultado antes da tributação sobre o lucro		38.714	103.033	9.211
Imposto de renda e contribuição social	13a	8.985	(20.149)	(3.682)
Provisão para imposto de renda		(4.061)	(12.060)	(20.263)
Provisão para contribuição social		(4.077)	(10.488)	(15.506)
Ativo fiscal diferido		17.123	2.399	32.087
Lucro líquido no semestre/exercícios		47.699	82.884	5.529
Quantidade de ações do capital social		454.197.354	454.197.354	408.526.354
Lucro líquido por ação no semestre/exercícios - R\$1,00		0,11	0,18	0,01

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Referentes ao Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021
e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais - R\$

	Nota	2º semestre 2021	2021	2020
Lucro líquido no semestre/exercícios		47.699	82.884	5.529
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		(53)	(248)	52
Ajustes de valor a mercado de títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda	5a	(97)	(450)	95
Efeito fiscal	5a	44	202	(43)
Resultado abrangente do semestre/exercícios		47.646	82.636	5.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	373.874	34.601	25.223	196.509	57	-	630.264
Aumento de capital	34.601	(34.550)	-	-	-	-	51
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.529	5.529
Destinações:							
Reservas	-	-	428	5.050	-	(5.478)	-
Dividendos (R\$ 0,001 por ação)	-	-	-	-	-	(51)	(51)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	408.475	51	25.651	201.559	52	-	635.788
Saldos em 30 de junho de 2021	408.475	51	27.411	234.984	(143)	-	670.778
Aumento de capital	-	45.671	-	-	-	-	45.671
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	-	-	-	-	(53)	-	(53)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	47.699	47.699
Destinações:							
Reservas	-	-	2.384	45.315	-	(47.699)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,11 por ação)	-	-	-	(60.000)	-	-	(60.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	408.475	45.722	29.795	220.299	(196)	-	704.095
Saldos em 31 de dezembro de 2020	408.475	51	25.651	201.559	52	-	635.788
Aumento de capital	-	45.671	-	-	-	-	45.671
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5a)	-	-	-	-	(248)	-	(248)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	82.884	82.884
Destinações:							
Reservas	-	-	4.144	78.740	-	(82.884)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,18 por ação)	-	-	-	(60.000)	-	-	(60.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	408.475	45.722	29.795	220.299	(196)	-	704.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Referentes ao Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021
e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais - R\$

	2º semestre 2021	2021	2020
Atividades operacionais	(6.538)	192.195	375.180
Lucro líquido ajustado	73.128	113.427	78.955
Lucro no semestre/exercícios antes do imposto de renda e contribuição social	38.714	103.033	9.211
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	34.414	10.394	69.744
Variação de ativos e obrigações	(79.666)	78.768	296.225
Redução de títulos e valores mobiliários	3.484	10.800	26.853
(Aumento)/Redução de operações de crédito	(238.114)	377.524	(300.895)
(Aumento) de outros créditos	(586.121)	(960.684)	(462.416)
Redução de outros valores e bens	123	49	2
Aumento/(Redução) de depósitos	892	(2.458)	(6.909)
Aumento/(Redução) de recursos de aceites e emissão de títulos	(13)	5.489	(98.460)
Aumento de relações interfinanceiras e interdependências	62.681	86.247	12.761
Aumento de obrigações por empréstimos	831.022	1.101.139	595.521
Aumento/(Redução) de obrigações por repasses	6.699	(163.099)	280.488
Aumento/(Redução) de instrumentos financeiros derivativos	(107.920)	(138.224)	42.324
Aumento/(Redução) de outras obrigações	(49.017)	(204.877)	232.619
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.382)	(33.138)	(25.663)
Atividades de financiamento	(14.329)	(14.329)	-
Juros sobre o capital próprio	(14.329)	(14.329)	-
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(20.867)	177.866	375.180
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	750.774	552.041	176.861
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	729.907	729.907	552.041
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(20.867)	177.866	375.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Drº Chucuri Zaidan, 1.240, 6º Andar, no estado de São Paulo, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000, nos termos da regulamentação bancária brasileira.

O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de câmbio. Atuando no segmento financeiro, atendendo pessoas físicas e jurídicas, oferecendo produtos bancários como empréstimos e financiamentos, soluções contra variação cambial (*hedge*) e serviço e operações de câmbio. O acionista em última instância do Banco é a Cargill Inc., com sede em Minnesota, Estados Unidos da América.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis.

As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 24 de março de 2022.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

As aplicações financeiras de curto prazo são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

(c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam:

(i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e

(ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.
- *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais. A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Em milhares de reais - R\$

(e) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

(f) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(g) Investimentos e intangível

É demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

(h) Redução ao valor recuperável de ativos

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566/08 válido até 31 de dezembro de 2021 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.924/21 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que aprovaram a adoção do CPC 01 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(i) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas.
- Passivos contingentes - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos, são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

(k) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais, e contribuição social - 20% a partir de março 2020 e 25% de julho a dezembro de 2021.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco.

(l) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a avaliação das contingências e obrigações, a apuração das respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e a avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

As principais premissas usadas nas estimativas contábeis estão descritas nas notas 3c, 3d, 3e, 3h e 3j.

(m) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco são apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

(n) Resultado não recorrente

São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são:

- Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas;
- Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e
- Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros. A composição do resultado não recorrente está apresentada na nota 18 I.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dez/2021	Dez/2020
Disponibilidades	153.708	187.019
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	576.199	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	365.022
	<u>729.907</u>	<u>552.041</u>

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Dez/2021	Dez/2020
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	576.199	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	365.022
	<u>576.199</u>	<u>365.022</u>

(b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

Papel/vencimento	Dezembro/2021				
	Valor de mercado			Valor de curva	Ajuste a mercado
	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total		
Carteira Própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.816	63.012	74.828	74.964	(136)
Vinculados à prestação de garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	44.008	11.383	55.391	55.612	(221)
	<u>55.824</u>	<u>74.395</u>	<u>130.219</u>	<u>130.576</u>	<u>(357)</u>
Papel/vencimento	Dezembro/2020				
	Valor de mercado			Valor de curva	Ajuste a mercado
	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total		
Carteira Própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	27.709	54.927	82.636	82.573	63
Vinculados à prestação de garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	25.970	16.823	42.793	42.761	32
	<u>53.679</u>	<u>71.750</u>	<u>125.429</u>	<u>125.334</u>	<u>95</u>

O ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi uma perda de R\$ 357 (ganho de R\$ 95 em dezembro de 2020), e é registrado em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R\$ 196 de perda (ganho de R\$ 52 em dezembro de 2020), líquidos dos efeitos tributários.

Em milhares de reais - R\$

(c) Instrumentos financeiros derivativos

(i) Política de utilização

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

(ii) Objetivos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, real e CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) Portfólio de derivativos

• **Instrumentos financeiros derivativos por vencimento**

	Dez/2021	
	Valor de Mercado	
	De 91 a 180 dias	
Posição ativa		
Contratos a termo	952	
Outros derivativos	41	
	<u>993</u>	
Posição passiva		
Contratos a termo	11.760	
Outros derivativos	1.344	
	<u>13.104</u>	

	Dez/2020				
	Valor de Mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa					
Contratos a termo	2.180	675	10.434	-	13.289
Outros derivativos	1.265	2.481	-	-	3.746
	<u>3.445</u>	<u>3.156</u>	<u>10.434</u>	<u>-</u>	<u>17.035</u>
Posição passiva					
Contratos a termo	<u>47.230</u>	<u>58.418</u>	<u>16.369</u>	<u>29.311</u>	<u>151.328</u>

• **Contratos de operações a termo**

Tipo	Dez/2021				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	847.109	952	11.178	(10.226)	(4.535)
Venda - Dólar	16.774	-	582	(582)	(252)
	<u>863.883</u>	<u>952</u>	<u>11.760</u>	<u>(10.808)</u>	<u>(4.787)</u>

Tipo	Dez/2020				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	1.341.236	12.614	100.307	(87.693)	(70.894)
Venda - Dólar	345.567	675	51.021	(50.346)	(55.874)
	<u>1.686.803</u>	<u>13.289</u>	<u>151.328</u>	<u>(138.039)</u>	<u>(126.768)</u>

Contraparte	Dez/2021				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Instituições Financeiras	847.109	952	11.178	(10.226)	(4.535)
Pessoas Jurídicas	16.774	-	582	(582)	(252)
	<u>863.883</u>	<u>952</u>	<u>11.760</u>	<u>(10.808)</u>	<u>(4.787)</u>

Contraparte	Dez/2020				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Instituições Financeiras	1.436.575	11.083	117.894	(106.811)	(102.170)
Pessoas Físicas	159.870	2.206	17.211	(15.005)	(7.645)
Pessoas Jurídicas	90.358	-	16.223	(16.223)	(16.953)
	<u>1.686.803</u>	<u>13.289</u>	<u>151.328</u>	<u>(138.039)</u>	<u>(126.768)</u>

Os contratos de operações a termo são negociados em Balcão e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

• **Contratos futuros**

Tipo	Dez/2021				
	Valor de Referência				Total
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Mercado interfinanceiro:					
Venda DI1	17.988	94.619	115.203		227.810
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	58.978	-	-		58.978
	<u>76.966</u>	<u>94.619</u>	<u>115.203</u>		<u>286.788</u>

Tipo	Dez/2020				
	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	-	-	-	28.594	28.594
Venda DI1	174.974	66.676	66.804	17.497	325.951
Cupom cambial:					
Venda DDI	20.784	-	-	-	20.784
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	179.286	-	-	-	179.286
Venda DOL	176.110	-	-	-	176.110
	<u>551.154</u>	<u>66.676</u>	<u>66.804</u>	<u>46.091</u>	<u>730.725</u>

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor do ajuste a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.220 (ajuste a receber de R\$ 638 em dezembro de 2020), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

Em milhares de reais - R\$

• **Outros derivativos**

Tipo	Dez/2021				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Venda - Dólar	829.440	41	1.344	(1.303)	12.920

Tipo	Dez/2020			
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado		Valor de curva
		Valores a receber	Posição líquida	
Venda - Dólar	1.108.560	3.746	3.746	80.091

As contrapartes envolvidas são instituições financeiras.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

(a) **Por tipo de operação**

Descrição	Dezembro/2021		Dezembro/2020	
	Valor	%	Valor	%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.706.059	59,13	535.089	25,07
Financiamentos à exportação	892.398	30,93	1.171.533	54,88
Financiamentos à exportação indireta	286.644	9,94	421.159	19,73
Empréstimos	-	-	5.733	0,27
Outros	-	-	1.015	0,05
	<u>2.885.101</u>	<u>100,00</u>	<u>2.134.529</u>	<u>100,00</u>
Carteira de câmbio - Circulante	1.654.055	57,33	478.284	22,41
Operações de crédito - Circulante	1.121.960	38,89	1.449.774	67,92
Operações de crédito - Longo prazo	57.082	1,98	148.651	6,96
Carteira de câmbio - Longo prazo	52.004	1,80	56.805	2,66
Outros créditos - Circulante	-	-	1.015	0,05

(b) **Por vencimento**

Descrição	Dezembro/2021		Dezembro/2020	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	35.578	1,23	17.156	0,80
A vencer até 3 meses	307.703	10,67	66.867	3,13
A vencer de 3 a 12 meses	2.432.734	84,32	1.845.050	86,44
A vencer de 1 a 3 anos	107.613	3,73	198.833	9,32
A vencer de 3 a 5 anos	1.473	0,05	6.623	0,31
	<u>2.885.101</u>	<u>100,00</u>	<u>2.134.529</u>	<u>100,00</u>

(c) **Por setor de atividade**

Descrição	Dezembro/2021		Dezembro/2020	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	1.331.591	46,15	1.525.053	71,45
Outros serviços	1.039.714	36,04	481.647	22,56
Comércio	513.796	17,81	127.829	5,99
	<u>2.885.101</u>	<u>100,00</u>	<u>2.134.529</u>	<u>100,00</u>

(d) Operações ativas vinculadas

O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% entre as taxas de captação e as taxas das operações ativas vinculadas, em cada operação. Em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Descrição	Dez/2021			
	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.706.059	-	56.099	-
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	286.644	-	66.823	-
Operações de crédito - Empréstimos	430.810	-	33.771	-
Empréstimos no exterior - Exportação	-	1.747.431	-	(51.622)
Repasses do exterior	-	717.454	-	(98.892)
	<u>2.423.513</u>	<u>2.464.885</u>	<u>156.693</u>	<u>(150.514)</u>

Descrição	Dez/2020			
	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	535.089	-	28.395	-
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	421.159	-	52.728	-
Empréstimos no exterior - Exportação	-	511.777	-	(27.268)
Repasses do exterior	-	421.159	-	(52.293)
	<u>956.248</u>	<u>932.936</u>	<u>81.123</u>	<u>(79.561)</u>

(e) Por nível de risco e provisionamento

Nível	Dez/2021				
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas a mais de 15 dias	Total	%	Valor da Provisão
AA	1.465.258	-	1.465.258	50,79	-
A	990.465	-	990.465	34,33	4.952
B	163.221	-	163.221	5,66	1.632
C	111.747	-	111.747	3,87	3.352
D	58.267	-	58.267	2,02	5.827
E	5.953	-	5.953	0,21	1.786
G	5.145	-	5.145	0,18	3.602
H	49.467	35.578	85.045	2,94	85.045
	<u>2.849.523</u>	<u>35.578</u>	<u>2.885.101</u>	<u>100,00</u>	<u>106.196</u>

Nível	Dez/2020				
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas a mais de 15 dias	Total	%	Valor da Provisão
AA	349.243	-	349.243	16,36	-
A	1.301.954	-	1.301.954	60,99	6.510
B	194.650	-	194.650	9,12	1.947
C	22.581	-	22.581	1,06	677
D	112.940	-	112.940	5,29	11.294
E	6.623	-	6.623	0,31	1.987
G	104.307	-	104.307	4,89	73.015
H	25.075	17.156	42.231	1,98	42.231
	<u>2.117.373</u>	<u>17.156</u>	<u>2.134.529</u>	<u>100,00</u>	<u>137.661</u>

(f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Saldo inicial	137.661	67.917
Constituição	42.838	75.469
Reversão	(32.444)	(5.725)
Baixa para prejuízo	(41.859)	-
Saldo final	<u>106.196</u>	<u>137.661</u>
Operações de crédito - Circulante	102.183	76.780
Operações de crédito - Longo prazo	4.013	60.881

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram recuperados R\$ 53.650 de créditos baixados para prejuízo (R\$ 2.887 em 2020), e renegociados créditos no montante de R\$ 5.870 (R\$ 56.639 em 2020).

Em milhares de reais - R\$

7. CARTEIRA DE CÂMBIO

Descrição	Dezembro/2021	
	Ativos	Passivos
Câmbio comprado a liquidar	1.724.375	-
Direito sobre venda de câmbio	849.995	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	23.056	-
Câmbio vendido a liquidar	-	837.075
Obrigações por compra de câmbio	-	1.683.003
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(1.683.003)
	<u>2.597.426</u>	<u>837.075</u>
Circulante	2.540.217	837.075
Longo Prazo	57.209	-

Descrição	Dezembro/2020	
	Ativos	Passivos
Direito sobre venda de câmbio	1.119.431	-
Câmbio comprado a liquidar	505.285	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	8.231	-
Câmbio vendido a liquidar	-	1.039.340
Obrigações por compra de câmbio	-	528.577
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(526.858)
	<u>1.632.947</u>	<u>1.041.059</u>
Circulante	1.580.295	1.041.059
Longo prazo	52.652	-

Em 2021 e 2020, o Banco operou com contratos interbancários para liquidação futura. Estas operações foram tratadas como derivativos (venda a termo), mensuradas por seu valor de mercado e estão assim registradas:

Descrição	Dezembro/2021
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	840.078
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	9.917
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(837.075)
Carteira de Câmbio	<u>12.920</u>
Outros Derivativos - Ajuste a mercado positivo	<u>11.617</u>
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	<u>(1.303)</u>

Descrição	Dezembro/2020
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	1.115.300
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	4.131
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(1.039.340)
Carteira de Câmbio	<u>80.091</u>
Outros Derivativos - Ajuste a mercado positivo	<u>83.837</u>
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	<u>3.746</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as receitas apropriadas do prêmio foram de R\$ 23.751 (R\$ 15.048 em 2020) e os ajustes a valor de mercado foram R\$ 11.617 positivo (R\$ 83.837 positivo em 2020), registrados nas rubricas Resultado de operações de câmbio e Resultado com instrumentos financeiros derivativos, respectivamente.

8. OUTROS CRÉDITOS, VALORES E BENS

Descrição	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Devedores por depósitos em garantia (nota 15a)	24.248	27.158
Créditos Vinculados - Banco Central	55	166
Adiantamento e antecipações salariais	9	9
Títulos e créditos a receber (nota 6a)	-	1.015
Outros	103	152
	<u>24.415</u>	<u>28.500</u>
Circulante	63	4.057
Longo prazo	24.352	24.443

9. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	Dezembro/2021	Dezembro/2020
	Depósitos à vista	Depósitos à vista
Pessoas físicas	1.528	156
Indústria, comércio e serviços	161	3.990
Sociedades ligadas	2	3
	<u>1.691</u>	<u>4.149</u>

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Título emitido	Dez/2021
	Até 90 dias
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	<u>11.852</u>

Título emitido	Dezembro/2020		
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	<u>5.159</u>	<u>1.204</u>	<u>6.363</u>

Letras de Crédito Imobiliário referem-se à captação com taxa de juros pós-fixada de 97% a.a. a 99,5% a.a. da variação do DI em dezembro de 2021 (99,5% a.a. a 100% a.a. em dezembro de 2020).

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	Dezembro/2021				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	201.135	228.368	1.260.719	57.209	1.747.431
Empréstimos do exterior - Resolução CMN n° 2.921/02	30.103	216.902	39.639	-	286.644
	<u>231.238</u>	<u>445.270</u>	<u>1.300.358</u>	<u>57.209</u>	<u>2.034.075</u>

Obrigações em moeda estrangeira	Dezembro/2020				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	11.087	-	448.038	52.652	511.777
Empréstimos do exterior - Resolução CMN n° 2.921/02	-	381.340	39.819	-	421.159
	<u>11.087</u>	<u>381.340</u>	<u>487.857</u>	<u>52.652</u>	<u>932.936</u>

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 3,12% a.a. a 9,15% a.a. (3,5% a.a. a 9,8% a.a. em dezembro de 2020).

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	Dezembro/2021				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Total
Repases do exterior - Resolução CMN n° 3.844/10	-	-	716	446.440	447.156
Repases do exterior - Resolução CMN n° 2.921/02	26.000	278.394	110.074	16.342	430.810
	<u>26.000</u>	<u>278.394</u>	<u>110.790</u>	<u>462.782</u>	<u>877.966</u>

Obrigações em moeda estrangeira	Dezembro/2020		
	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repases do exterior - Resolução CMN n° 3.844/10	<u>1.725</u>	<u>1.039.340</u>	<u>1.041.065</u>

Obrigações por repases do exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 0,82% na forma da Resolução CMN n° 3.844/10 (0,83% a.a. a 3,46% a.a. em dezembro de 2020), e de 6% a.a. a 10,5% a.a. na forma da Resolução CMN n° 2.921/02 (5,2% a.a. a 9,8% a.a. em dezembro de 2020).

Em milhares de reais - R\$

13. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL)	103.033	9.211
Juros sobre o Capital Próprio	(60.000)	-
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	43.033	9.211
Receitas e Despesas tributáveis de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 45%	(19.365)	(4.145)
Impacto do aumento da alíquota da CSLL sobre a base (net) do diferido nas operações com vencimento a partir de março/2020 - EC 103/2019	-	794
Aumento da alíquota da CSLL corrente - Lei nº 14.183/2021	(815)	-
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	(4)	(363)
Outros	35	32
	<u>(20.149)</u>	<u>(3.682)</u>

A Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 20% para 25%, a partir de julho de 2021 até dezembro de 2021, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos passivos fiscais correspondentes.

A Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 15% para 20%, a partir 1º de março de 2020, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos ativos e passivos fiscais correspondentes.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.842/20, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os ativos e passivos fiscais diferidos da CSLL foram reconhecidos pela alíquota de 25% para base com previsão de realização até 31 de dezembro de 2021 e 20% para base com previsão de realização a partir de 1º de janeiro de 2022. Em 2020, a alíquota foi de 20%.

(b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2020	Constituição	Reversão	31/12/2021
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	103	21.042	(20.435)	710
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	43	-	(43)	-
	<u>146</u>	<u>21.042</u>	<u>(20.478)</u>	<u>710</u>

(c) Ativo fiscal diferido

• Natureza e origem dos créditos tributários

Descrição	31/12/2020	Constituição	Reversão	31/12/2021
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	61.947	698.609	(695.361)	65.195
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	6.271	647	(799)	6.119
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	3.387	12.456	(12.385)	3.458
Total dos créditos registrados	<u>71.605</u>	<u>711.712</u>	<u>(708.545)</u>	<u>74.772</u>

• Expectativa de realização dos créditos tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	37.137	29.709	66.846
Até 2 anos	457	366	823
Até 3 anos	436	349	785
Até 4 anos	110	88	198
Acima de 5 anos	6.094	26	6.120
Total	<u>44.234</u>	<u>30.538</u>	<u>74.772</u>

• Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 65.143 (R\$ 70.201 em 2020), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e trazido a valor presente pela taxa SELIC.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Provisões

Descrição	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Provisão para contingências (nota 15a)	24.376	27.624
Despesas de pessoal	299	237
Auditoria Externa	152	131
Publicações	97	97
Valores a pagar por prestação de serviços (nota 17)	59	62
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	3	2
Outros	144	-
	<u>25.130</u>	<u>28.153</u>
Circulante	754	3.439
Não circulante	24.376	24.714

(b) Obrigações fiscais correntes

Descrição	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	17.168	27.760
COFINS	385	391
Impostos e contribuições sobre salários	104	90
CIDE	88	1
PIS/PASEP	62	64
Imposto Sobre Serviços - ISS	44	-
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	25	19
	<u>17.876</u>	<u>28.325</u>

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações de 2021 e de 2020

A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3j.

Descrição	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Saldo da provisão no início do exercício	27.624	27.158
Adição	33	466
Utilização	(2.910)	-
Reversão	(371)	-
Saldo da provisão no fim do exercício	<u>24.376</u>	<u>27.624</u>

Os valores de provisão de natureza fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Descrição	Valores provisionados		Depósitos judiciais	
	Dezembro/2021	Dezembro/2020	Dezembro/2021	Dezembro/2020
COFINS	19.955	19.955	19.955	19.955
PIS	3.237	3.237	3.237	3.237
INSS	810	810	810	810
FGTS	246	246	246	246
CÍVEIS	128	466	-	-
CSLL	-	2.910	-	2.910
	<u>24.376</u>	<u>27.624</u>	<u>24.248</u>	<u>27.158</u>

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data-base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2021 as provisões totalizaram R\$ 23.192 (R\$ 23.192 em 2020).

O Banco obteve sentença favorável em 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve a decisão de 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98 e determinando o recolhimento destas contribuições com base na Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91. A decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região transitou em julgado em 22/01/2013. Em 25/11/2013, após os autos retornarem à origem, o Banco apresentou petição requerendo o levantamento

Em milhares de reais - R\$

integral dos depósitos judiciais efetuados, o que foi negado pelo juiz. Da decisão que indeferiu o pedido, o Banco ingressou com recurso e aguarda decisão judicial definitiva quanto à autorização para levantamento do montante depositado.

O Banco questiona também a incidência da contribuição ao INSS e FGTS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2021 as provisões totalizaram R\$ 1.056 (R\$ 1.056 em 2020).

O Banco questionava o aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% ocorrido a partir de maio de 2008. Os valores questionados referentes aos anos de 2009 e de 2010, base lucro real, e de 2011, base lucro por estimativa, estavam depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 06/2020, após recursos interpostos em última instância, houve o trânsito em julgado desfavorável ao Banco. Em 9 de novembro de 2021, os depósitos foram convertidos em pagamento definitivo para União (R\$ 2.910 provisionado em 2020).

Os passivos contingentes cíveis classificados como perdas prováveis que totalizam R\$ 128 (R\$ 466 em dezembro de 2020), são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas prováveis e estão reconhecidas contabilmente.

(b) Contingências possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis que totalizam R\$ 76.170 (R\$ 72.683 em 2020) são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão:

- PIS/COFINS Lei nº 9.718/98: autos de infração lavrados para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 e dezembro de 2003, no valor total de R\$ 14.672 (R\$ 14.346 em 2020).
- Tributos com Exigibilidade Suspensa - Autos de infração lavrados em razão da dedução de tributos com a exigibilidade suspensa da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido nos anos de 2006 a 2014, no montante de R\$ 10.321 (R\$ 9.939 em 2020).
- Juros sobre Capital Próprio - Autos de infração lavrado em razão da cobrança de IRPJ e CSLL sobre o Juros de Capital Próprio (JCP) distribuído em 2015 referente a anos anteriores (2012 a 2014), no montante de R\$ 50.653 (R\$ 48.321 em 2020).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito, está representado por 454.197.354 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma (408.526.354 em 2020).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2019 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 34.601 com emissão de 34.601.680 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 19 de fevereiro de 2020.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 13 de outubro de 2021 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 51 com emissão de 51.007 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 8 de fevereiro de 2022.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2021 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 45.671 com emissão de 45.671.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 8 de fevereiro de 2022.

(b) Remuneração dos acionistas

Conforme estatuto social, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

(c) Juros sobre o capital próprio

Conforme Assembleia Geral Extraordinária em 30 de dezembro de 2021, de acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 60.000, reduzindo o encargo de imposto de renda e contribuição social em R\$ 30.000, não foram distribuídos juros sobre capital próprio em 2020.

(d) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(e) Reserva estatutária

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado a reserva estatutária.

17. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O Banco manteve operações com as seguintes partes relacionadas, sendo todas Coligadas:

- Depósitos à vista: - Cargill Agrícola S.A.; - Cargill Brasil Participações Ltda; - SJC Bioenergia S.A.
- Obrigações por empréstimos: - Cargill Financial Services International Inc.
- Obrigações por repasses do exterior: - Cargill Financial Services International Inc.
- Operações a termo: - Cargill Agrícola S.A.
- Valores a pagar/serviços técnicos especializados: - Cargill Agrícola S.A.

Os valores apurados foram:

Descrição	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Dezembro/2021	Dezembro/2020	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Obrigações por empréstimos	(2.034.075)	(932.936)	(250.669)	(165.861)
Obrigações por repasses do exterior	(877.966)	(1.041.065)	(119.770)	(296.844)
Valores a pagar sociedades ligadas	(59)	(62)	(255)	(875)
Depósitos à vista	(2)	(3)	-	-
Operações a termo	-	(16.488)	(3.276)	(20.586)
Depósitos a prazo	-	-	-	(88)

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

(a) Operações de crédito

Descrição	2º semestre	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Rendas de financiamentos a exportação	140.963	228.031	322.133
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	46.232	53.650	2.887
Rendas de empréstimos	-	178	1.160
	<u>187.195</u>	<u>281.859</u>	<u>326.180</u>

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.744	22.594	8.354
Títulos de renda fixa	3.602	5.246	4.233
	<u>18.346</u>	<u>27.840</u>	<u>12.587</u>

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2º semestre	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Contratos de operações a termo	38.220	22.460	426.738
Contratos futuros	5.884	(29.885)	(11.343)
Outros derivativos	(2.107)	(5.049)	(197)
	<u>41.997</u>	<u>(12.474)</u>	<u>415.198</u>

(d) Operações de captação no mercado

Descrição	2º semestre	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	407	506	1.519
Depósito a prazo - CDB	-	24	557
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	9	16	98
Operações compromissadas - carteira própria	1	1	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	-	466
	<u>417</u>	<u>547</u>	<u>2.640</u>

(e) Operações de empréstimos e repasses

Descrição	2º semestre	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	197.963	250.669	165.861
Despesas com repasses do exterior	113.881	119.770	296.844
	<u>311.844</u>	<u>370.439</u>	<u>462.705</u>

Em milhares de reais - R\$

(f) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2º semestre	Dezembro/ 2021	Dezembro/ 2020
Resultado com variação cambial	100.347	48.138	(294.467)
Resultado de operações de câmbio	30.661	51.623	28.350
Resultado com prêmios sobre interbancário	14.828	23.751	15.048
Outros	4.687	6.077	1.409
	<u>150.523</u>	<u>129.589</u>	<u>(249.660)</u>

(g) Despesas de pessoal

Descrição	2º semestre	Dezembro/ 2021	Dezembro/ 2020
Proventos	2.271	3.265	4.305
Encargos sociais	956	1.262	1.371
Benefícios	50	127	187
Outros	4	12	1
	<u>3.281</u>	<u>4.666</u>	<u>5.864</u>

(h) Outras despesas administrativas

Descrição	2º semestre	Dezembro/ 2021	Dezembro/ 2020
Processamento de dados	1.435	2.704	2.248
Contribuições e doações	58	2.063	1.012
Serviços técnicos especializados	830	1.608	2.369
Emolumentos judiciais e cartorários	401	546	413
Serviços do sistema financeiro	205	477	640
Contribuição entidades de classe	157	293	273
Aluguel	96	183	163
Despesas com arrendamento de bens	53	117	103
Publicações	49	105	102
Viagens	-	-	61
Outros	16	38	24
	<u>3.300</u>	<u>8.134</u>	<u>7.408</u>

(i) Despesas tributárias

Descrição	2º semestre	Dezembro/ 2021	Dezembro/ 2020
Contribuição à COFINS	2.039	4.468	6.376
CIDE	419	803	833
Contribuição ao PIS	346	759	1.076
ISS	156	348	416
Outros	56	99	84
	<u>3.016</u>	<u>6.477</u>	<u>8.785</u>

(j) Outras receitas operacionais

Descrição	2º semestre	Dezembro/ 2021	Dezembro/ 2020
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	-	91.624	89.703
Reversão de provisões operacionais	107	497	-
	<u>107</u>	<u>92.121</u>	<u>89.703</u>

(k) Outras despesas operacionais

Descrição	2º semestre	Dezembro/ 2021	Dezembro/ 2020
Varição cambial negativa proveniente de operações ativas	-	8.250	16.285
Despesas de comissões	2.888	6.475	7.679
Monitoramento de Lavoura	103	283	334
Descontos concedidos em operações de créditos	87	89	2.596
Despesas de processos judiciais - cobrança operações de crédito	6	29	261
Outros	98	120	499
	<u>3.182</u>	<u>15.246</u>	<u>27.654</u>

(l) Resultado não recorrente

Descrição	2º semestre	Dezembro/ 2021	Dezembro/ 2020
Lucro líquido do semestre/exercícios	47.699	82.884	5.529
Majoração da alíquota da contribuição social 5%	-	815	(794)
Tarifa de registro de operações financeiras	-	-	(3)
Lucro líquido recorrente	<u>47.699</u>	<u>83.699</u>	<u>4.732</u>

19. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL
(a) Governança corporativa

A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base o seu conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como suas políticas internas.

O processo de gerenciamento de riscos no Banco Cargill visa identificar, medir e monitorar os riscos inerentes às operações e às atividades do banco, bem como estabelecer políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle alinhados às estratégias e ao Apetite de Risco (RAS - Risk Appetite Statement) definido pelo Banco Cargill.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco Cargill possui estrutura e políticas definidas para o gerenciamento de riscos e de capital, revisadas no mínimo anualmente e aprovadas pela presidência. Essa estrutura tem como objetivo prover um sistema de controles estruturado, em consonância com o perfil operacional do Banco Cargill, visando auxiliar em decisões estratégicas e assegurar o contínuo funcionamento das atividades.

A estrutura de riscos conta com o envolvimento da alta Administração do Banco Cargill. A diretoria colegiada representa um papel relevante na revisão, proposição de políticas e práticas de gestão de riscos, submetendo-as à aprovação do presidente do Banco Cargill.

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com divisões subordinadas às diretorias para monitoramento e análise de risco, apuração e acompanhamento do capital mínimo regulamentar segundo regras estabelecidas pelo BACEN.

O Banco Cargill possui uma Política de Anticorrupção e Conduta que foi elaborado como um instrumento de conduta e compliance. Este código é um complemento ao Manual de Princípios Éticos da Cargill (Guide Principles).

A Política enfatiza que estar em compliance é um dever de todos os funcionários e visa fortalecer o comportamento de todos os funcionários, de acordo com o Manual de Princípios Éticos da Cargill, com as expectativas dos clientes, com as melhores práticas de mercado e com as exigências legais e fiscalizadoras. Nesse contexto, fica bem claro que a imagem do Banco é projetada por meio de cada um de seus funcionários e de suas atividades diárias, qualquer que seja o tipo de trabalho desenvolvido. Dessa forma, todos têm uma responsabilidade especial perante a opinião pública, junto aos clientes, fornecedores e, também, aos colegas de trabalho.

A Política apresenta conceitos e regras que se aplicam para todos os funcionários, sendo estes desde trabalhadores em tempo parcial, estagiários, terceirizados até a diretoria executiva do Banco. É indispensável que todos os funcionários ajam de acordo com as obrigações legais e fiscalizadoras, mesmo quando estas não forem mencionadas no Código. Ainda, faz parte da obrigação de toda a diretoria e da gerência assegurar de que isto esteja acontecendo.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Cargill, contempla pontos de controles internos/compliance que descrevemos abaixo:

- I. Diretoria - designação de diretor responsável para o gerenciamento de riscos.
- II. Políticas - Gerenciamento Integrado de Riscos Operacional, Gerenciamento de Capital e Planejamento Estratégico e RAS.
- III. Monitoramentos através de relatórios que auxiliam as diversas áreas controlar os processos e verificar limites de atuação.

Todos os relatórios de controle interno e gestão de riscos são devidamente formalizados e possuem o acompanhamento direto da alta administração e ficam à disposição das auditorias internas/externas e aos órgãos reguladores. A alta administração/diretoria também é responsável pelo acompanhamento de possíveis descumprimentos das normas internas e códigos de ética e quando cabível pela tomada de decisões reparatórias.

Em milhares de reais - R\$

(b) Risco de crédito

O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por um conjunto de áreas, tendo-se como base a política de crédito e, os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito.

A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas.

(c) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/17, visando a otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da alta Administração. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e, subordinada à Alta Administração e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de riscos.

(d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes à sua atividade e de continuidade dos negócios. Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles-chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles-chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas, somado aos trabalhos desempenhados pelo plano de auditoria interna independente. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pelas Resoluções CMN nºs 4.193/13 e 4.192/13 e Circular BACEN nº 3.640/13.

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da liquidez, além de projeções e análises de cenários de *stress*.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar diariamente os riscos associados ao risco de liquidez, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco.

(f) Gestão de capital

O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processo) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais a Instituição estará exposta.

O objetivo principal do gerenciamento de capital é garantir que se cumpram os requerimentos de capital impostos externamente e proporções de capital compatíveis e saudáveis com fins de suportar seus negócios do Banco.

A Alta Administração do Banco Cargill garante o processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

(g) Índice de Basileia

Descrição	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	707.037	1.619.815
Patrimônio de Referência (PR)	703.981	635.675
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	62.004	147.080
Valor total da parcela RBAN	5.441	17.495
Valor da Margem sobre PR (considerando RBAN)	627.837	468.348
Índice de Basileia (PR ÷ RWA)	99,57%	39,24%
Índice de Basileia Amplo (PR ÷ ((RBAN ÷ F) + RWA))	90,83%	34,58%
Fator "F"	8,00%	8,00%

Conforme estabelecido no artigo 4º da Resolução CMN nº 4.193/13 o Fator "F" vigente para o ano de 2021 é de 8% (8% em 2020).

(h) Divulgação das informações referentes à gestão integrada de riscos

As informações quantitativas e qualitativas, relacionadas à gestão integrada de riscos referente ao Pilar III de Basileia III, estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco Cargill, www.banccargill.com.br (não auditado) dentro do menu "Demonstrativos e Relatórios".

(i) Análise de sensibilidade

Apresentamos os possíveis impactos no resultado gerados pelas operações com instrumentos financeiros, que expõe o Banco a riscos oriundos de variação cambial e de taxa de juros, com base nos cenários e exposições abaixo:

(I) Variação cambial

	Cenários - Dezembro/2021				
	Exposição	25%	50%	(-25%)	(-50%)
NDF Cambial	833.247	208.312	416.623	(208.312)	(416.623)
Futuro dólar	58.977	14.744	29.489	(14.744)	(29.489)
Exposição patrimonial	(890.956)	(222.739)	(445.478)	222.739	445.478
	<u>1.268</u>	<u>317</u>	<u>634</u>	<u>(317)</u>	<u>(634)</u>

	Cenários - Dezembro/2020				
	Exposição	25%	50%	(-25%)	(-50%)
Exposição patrimonial	204.879	51.220	102.440	(51.220)	(102.440)
NDF Cambial	28.303	7.076	14.151	(7.076)	(14.151)
Futuro dólar	(176.110)	(44.028)	(88.055)	44.028	88.055
	<u>57.072</u>	<u>14.268</u>	<u>28.536</u>	<u>(14.268)</u>	<u>(28.536)</u>

São considerados quatro cenários que refletem os movimentos das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

- **Cenário (I):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 25% na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2021 e de 2020;
- **Cenário (II):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 50% na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2021 e de 2020;
- **Cenário (III):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (25%) na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2021 e de 2020;
- **Cenário (IV):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (50%) na cotação do dólar de 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(II) Taxa de juros

	Cenários		Cenários	
	Dezembro/2021		Dezembro/2020	
	Exposição	DV/100	Exposição	DV/100
Exposição patrimonial	809.821	(90)	619.817	(23)
DI Futuro	(209.823)	(79)	(122.384)	(13)
NDF	(847.479)	(276)	(1.193.708)	(70)
	<u>(247.481)</u>	<u>(445)</u>	<u>(696.275)</u>	<u>(106)</u>

Utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de juros dos fatores de risco mais relevantes da carteira do Banco, como por exemplo a curva PréXDI. Tal método tem como objetivo simular os efeitos na marcação à mercado das carteiras do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado. Para análise de sensibilidade das operações com risco de taxa de juros aplicamos choques de 100 bps (pontos base) para mais e para menos nas exposições existentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e reportamos o cenário que apresenta perda de valor econômico.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Recursos em trânsito de terceiros

O valor registrado de R\$ 105.895 (R\$ 19.759 em dezembro de 2020) refere-se na sua totalidade a ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

(b) Benefícios a empregados

(i) Fundo de Pensão

O Banco, em conjunto com outras empresas do Grupo Cargill, é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar administrado pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos. São mantidos dois planos, sendo: um plano parte contribuição definida e parte benefício definido e um plano integralmente de contribuição definida. Estes planos têm por finalidade principal a concessão de benefícios de pecúlio e/ou renda suplementares ou assemelhados da Previdência Social para funcionários, diretores e seus beneficiários das empresas patrocinadoras. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

Em milhares de reais - R\$

(ii) Planos de Saúde

O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal ou com co-participação, podendo ser estendido a seus cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais.

(c) Acordo de compensação

O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando a obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida a essas instituições.

21. OUTROS ASSUNTOS

Diante da pandemia do coronavírus em todo o mundo o Banco Cargill reafirma a preocupação com seus colaboradores, clientes, prestadores de serviços e toda a comunidade em que está inserido. Alinhado as recomendações dos Órgãos Governamentais, o Banco Cargill ativou seu Plano de Gestão de Crises para analisar as informações acerca desta pandemia e colocou em prática o Plano de Continuidade de Negócios, estando todos os funcionários e colaboradores no regime de trabalho "home-office" desde 17 de março de 2020. O Plano de Continuidade de Negócios tem garantido o pleno funcionamento das operações e o atendimento as necessidades dos clientes de forma normal. Adicionalmente, a administração do Banco Cargill considera que no curto prazo os possíveis impactos econômicos e comerciais serão controlados. A liderança do Plano de Gestão de Crises tem monitorado e avaliado esta situação de forma diária.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

DIRETOR PRESIDENTE

Paulo Humberto Alves de Sousa

DIRETORES

Alvaro Luiz de Rezende Puech
Marina Haidar Chede Carton
Marlon Glauco Lazaro

CONTADOR

Marcelo Pongeluppi
CRC 1SP212314/O-4

Aos acionistas e aos administradores do

Banco Cargill S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022.





Banco Cargill

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240 6º andar
04711-130 - São Paulo - SP - Brasil
Morumbi Corporate – Torre Diamond
Telefone: 55 11 5099-3311
Ouvidoria: 0800 648 5050
ouvidoria_banco@cargill.com
www.bancocargill.com.br